

ARSENAL DO DETETIVE

EXCLUSIVO DO PACK

Investigação integrada

Profissão, clientes e execução: comece na ordem certa.

Explicações / Exemplos / Modelos para adaptar

Conhecimento que acompanha o seu trabalho.

Edição 5 · Setembro de 2026

Leitura e prática para o investigador profissional.

Licença individual. Exemplos de treinamento identificados.

Do primeiro atendimento ao relatório: um manual de trabalho para o investigador profissional

Arsenal do Detetive · Edição 5 · Setembro de 2026

Uma pessoa procura um investigador porque precisa esclarecer alguma coisa antes de agir. Pode estar prestes a contratar um fornecedor, comprar um imóvel, levar documentos a um advogado ou entender uma situação que a preocupa. Ela nem sempre sabe formular a pergunta. Às vezes, chega com uma suspeita; outras vezes, com uma pasta de arquivos que não consegue organizar.

Seu trabalho começa aí. Antes de abrir um buscador, você precisa compreender o pedido, avaliar se pode atendê-lo e explicar o que entregará. Depois vêm o contrato, a pesquisa e o relatório. Uma ferramenta pode ajudar em uma dessas etapas. Nenhuma ferramenta substitui o cuidado com o conjunto.

Este manual foi escrito para acompanhar esse percurso. Você verá conversas de atendimento, uma proposta, um contrato comentado, formas de organizar documentos e um relatório completo. Na terceira parte, aprenderá a lidar com fontes que discordam, pedidos que mudam durante o serviço e pesquisas que combinam empresas, imóveis e conteúdo digital. A ideia é que cada leitura resulte em algo que você consiga fazer melhor.

Os exercícios, pessoas, empresas, endereços, valores e documentos de treinamento são fictícios. Os casos reais aparecem identificados, com fontes, datas e a distinção entre fatos publicados e recomendações de trabalho. Os endereços de internet das fontes oficiais são reais e servem à consulta. Os modelos foram criados para ensinar a organizar o trabalho; precisam ser adaptados à demanda e, quando envolverem contrato ou interpretação jurídica, revistos com profissional habilitado.

Você não precisa decorar tudo. Na primeira leitura, acompanhe o caminho do cliente. Nas próximas, volte ao capítulo necessário. Se estiver começando do zero, pratique primeiro com os casos fornecidos, sem pesquisar a vida de pessoas conhecidas para “treinar”.

Na primeira parte, você deve sair sabendo explicar sua atuação, reconhecer um pedido inadequado e organizar a estrutura básica. Na segunda, deve conseguir apresentar um serviço, atender uma consulta e formular uma proposta sem fabricar experiência. Só então a terceira parte desenvolve planejamento, observação, pesquisa e relatório.

Os livros de especialidade podem ser consultados conforme a demanda: pesquisa de imóveis, pesquisa de empresas, relatório e evidências, ou pesquisas supervisionadas por agentes de IA. O bônus de site e WhatsApp aprofunda a apresentação comercial. Este manual conecta o conjunto e conserva exemplos completos para que você acompanhe a mesma contratação até o encerramento.

Não transforme o sumário em uma lista de serviços que já domina. Conclua primeiro um exercício com resultado verificável. Se o trabalho exigir uma competência que ainda não possui, desenvolva-a ou defina uma parceria responsável antes de incluí-la na oferta. O avanço profissional aparece quando você consegue realizar, explicar e revisar o que vende.

01 O que preciso saber para ser detetive no Brasil

1.1 A Lei do Detetive, em linguagem de trabalho

Antes de aceitar seu primeiro serviço, leia a Lei 13.432/2017 no site oficial. Ela é curta. Faça a leitura ao lado de uma folha e anote o que muda em sua rotina. O objetivo não é decorar artigos, mas reconhecer o que precisa existir em cada atendimento.

A lei trata da coleta profissional de informações de natureza não criminal, por meios permitidos, para interesses privados. Exige registro escrito da contratação e prevê relatório ao final, entregue mediante recibo. Também estabelece deveres de proteção de documentos, privacidade e sigilo. Esses pontos formam a base da rotina apresentada neste manual.

Transforme a leitura em providências

Se a contratação precisa ser escrita, prepare um modelo que permita descrever o serviço com clareza. Se haverá relatório, comece a registrar o trabalho desde o primeiro dia. Se documentos são confiados a você, decida onde serão guardados, quem poderá acessá-los e como serão devolvidos. A obrigação fica mais fácil de cumprir quando faz parte do modo de trabalhar.

No exemplo da proposta de fornecimento, uma pasta organizada deve permitir encontrar o acordo assinado, o material recebido, as consultas feitas e a entrega. Não é preciso um sistema caro. É preciso que a organização funcione e que você saiba usá-la sem depender da memória.

Uma pessoa pode perguntar: “Você consegue resolver isso porque tem uma carteira de detetive?”. Responda explicando o serviço, não exibindo aparência de autoridade. Identificação profissional privada não transforma o investigador em agente público nem permite exigir dados protegidos de outras pessoas.

Entenda o que foi vetado

Você encontrará materiais que misturam propostas antigas com o texto em vigor. Partes do projeto original foram vetadas, inclusive disposições sobre formação específica. Por isso, não tome uma apostila antiga ou um anúncio de curso como prova de que determinada exigência está na lei atual. Consulte o texto oficial e, se necessário, a mensagem de veto.

Isso não significa que formação e prática sejam dispensáveis. Você continua responsável pelo trabalho que aceita. Também não significa que uma lei federal resolva, sozinha, questões de formalização empresarial, tributação ou regras aplicáveis ao local onde atua. Leve essas questões a profissionais habilitados e aos órgãos competentes.

Quando aparece um possível crime

Imagine que, durante a conferência de uma proposta, o cliente apresente uma mensagem que pode indicar fraude. Preserve o que recebeu, explique seus limites e discuta o encaminhamento apropriado. Não passe a atuar como polícia por conta própria. A lei prevê condições específicas para colaboração com investigação policial e veda a participação direta em diligências policiais.

Na prática, seu relatório pode ajudar a organizar fatos que o cliente levará ao advogado ou à autoridade. Isso não exige que você declare culpados ou atribua um tipo penal a uma pessoa. “A empresa informou que não emitiu a mensagem” é um fato atribuível a uma fonte. “Fulano cometeu fraude” é uma afirmação de outra natureza.

Uma pequena rotina que evita grandes falhas

Antes de começar, confirme que sabe responder: quem contrata, qual é a finalidade, qual serviço foi aceito e qual será a entrega. Durante o trabalho, mantenha notas suficientes para explicar os procedimentos. Ao encerrar, entregue o que foi combinado e registre o recebimento.

O contrato não legaliza um método proibido, assim como um relatório bem diagramado não corrige a obtenção irregular de informações. Se uma demanda depende de acesso que você não pode obter legitimamente, explique a limitação e busque uma alternativa lícita ou recuse o serviço.

Para consultar: [Lei 13.432/2017](#), [texto oficial](#) e [mensagem de veto publicada pela Câmara dos Deputados](#).

1.2 CNPJ e organização profissional desde o começo

Você pode ser tecnicamente cuidadoso e ainda perder uma contratação porque a pessoa não consegue entender quem está prestando o serviço, como receberá o documento fiscal ou a quem recorrer se houver um problema. A organização comercial precisa aparecer antes do primeiro pagamento. Nome profissional, identificação de quem contrata, conta de recebimento, proposta e documento fiscal devem contar a mesma história.

A Lei 13.432/2017 contempla atuação por conta própria e por sociedade. Ela não apresenta o CNPJ como uma exigência universal para toda pessoa que exerce a profissão. Isso não resolve, sozinho, a forma de trabalhar como autônomo, a tributação nem as obrigações do município. O caminho depende da atividade efetiva e da organização escolhida. Antes de anunciar, converse com contador e confirme as regras do local em que vai atuar.

Para quem pretende desenvolver uma operação profissional e atender empresas, recomendamos planejar a formalização com CNPJ desde o começo. Ela pode facilitar cadastros de fornecedores, emissão de documentos fiscais e separação administrativa. A confiança vem da coerência entre esses elementos e a qualidade do atendimento. Um número de cadastro não demonstra competência, acesso especial a informações ou garantia de resultado.

Prepare uma descrição simples para a conversa com o contador: quais serviços pretende prestar, se trabalhará sozinho, se fará atendimento presencial, onde funcionará a atividade e como receberá. Acrescente o faturamento previsto como estimativa, sem tratá-lo como receita contratada. O profissional poderá explicar a forma jurídica, o regime tributário, os custos recorrentes e as obrigações que acompanham a escolha.

A classificação nacional inclui **8030-7/00, Atividades de investigação particular**. Esse código ajuda a identificar a atividade; não autoriza um método de pesquisa e não substitui o exame das condições locais. Escolher um código porque parece barato, mesmo descrevendo outro serviço, pode criar uma divergência entre o que você anuncia, contrata e declara.

Não abra um MEI como digitador para vender investigação particular. A lista oficial de ocupações permitidas consultada para esta edição não inclui detetive particular nem o código 8030-7/00. Como a lista e as regras podem mudar, confirme o anexo vigente antes da abertura. A existência de uma proposta legislativa ou de um vídeo ensinando a cadastrar não demonstra que a atividade foi admitida.

Uma sequência prática é definir os serviços, verificar a viabilidade de endereço e atividade, escolher a forma de atuação com orientação adequada e organizar a documentação de contratação e faturamento. Só depois publique no site a identificação que corresponde à operação real. Se o processo ainda estiver em andamento, descreva a situação corretamente; não use CNPJ de outra pessoa para parecer estabelecido.

Faça também uma conferência de consistência. O nome do prestador na proposta coincide com o contrato? O beneficiário informado para pagamento corresponde ao que foi combinado? O email pertence ao negócio? O contato permite identificar quem responde pelo trabalho? Essa revisão é barata e evita que a sua própria apresentação reproduza sinais de dúvida que você apontaria em uma pesquisa empresarial.

Para consultar: [inscrição no CNPJ](#), [Receita Federal](#), [classificação da atividade](#), [IBGE](#) e [ocupações permitidas ao MEI](#), [Portal do Empreendedor](#).

1.3 Equipamento é o que permite realizar e registrar a tarefa

Monte a estrutura a partir do serviço que sabe entregar. Uma pesquisa documental pede computador, conexão confiável, leitor de PDF, editor de texto e um modo de preservar arquivos. Uma visita técnica pode exigir bateria extra, câmera adequada e transporte. Comprar tudo antes de definir o trabalho compromete dinheiro que também será necessário para documentos, divulgação, contabilidade e reserva de caixa.

O conjunto abaixo é uma recomendação prática para iniciar uma operação pequena. Não é uma lista legal de equipamentos obrigatórios nem uma indicação de marca.

Necessidade	Recurso inicial	O que testar antes do primeiro serviço
Ler, comparar e escrever	Computador, leitor de PDF, editor de texto e planilha	Abrir os formatos recebidos, produzir um PDF legível e localizar suas próprias notas
Atender sem misturar conversas	Número sob seu controle e WhatsApp Business	Perfil correto, saudação, horário e etiquetas funcionando
Proteger contas e arquivos	Bloqueio de tela, atualizações e autenticação adicional quando disponível	Recuperar uma conta e impedir acesso casual de outra pessoa ao computador
Recuperar o trabalho	Cópia de segurança com acesso restrito	Restaurar um arquivo fictício e conferir seu conteúdo